

EÓLICA PINDAÍ II GERAÇÃO DE ENERGIA LTDA

Relatório dos Auditores Independentes
sobre as Demonstrações Contábeis de
acordo com as práticas adotadas no Brasil
31 de dezembro de 2021 e 2020
REA 029/2022

Índice

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis.....	3
Balanco Patrimonial.....	9
Demonstração do Resultado	10
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido.....	11
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	12
Notas explicativas às Demonstrações Contábeis	13
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	13
2. RESUMO DAS POLÍTICAS, PREMISSAS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS.....	13
a. Base de preparação.....	13
b. Moeda funcional e moeda de apresentação	14
c. Continuidade operacional.....	14
d. Uso de estimativas e julgamentos.....	14
e. Ajuste a valor presente.....	14
f. Demonstração do resultado abrangente	15
g. Aprovação das demonstrações contábeis	15
h. Novos pronunciamentos e alterações e interpretações de pronunciamentos existentes.....	15
h.1. <i>Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o período findo em 31 de dezembro de 2021.....</i>	15
h.2. <i>Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros.</i>	16
3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS.....	17
a. Instrumentos financeiros	17
a.1. <i>Ativos financeiros.....</i>	17
a.2. <i>Passivos financeiros.....</i>	19
b. Imobilizado.....	19
b.1. <i>Mensuração.....</i>	19
b.2. <i>Depreciação.....</i>	20
c. Intangíveis	20
d. Avaliação do valor de recuperação do imobilizado e intangível – Impairment	20
e. Imposto de renda e contribuição social	21
f. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes	21
g. Receita de contrato com cliente.....	21
h. Estimativas e premissas contábeis críticas	22
i. Gestão de risco.....	22
i.1. <i>Risco de mercado.....</i>	22
i.2. <i>Riscos regulatórios.....</i>	22
i.3. <i>Risco de liquidez.....</i>	22
i.4. <i>Risco de crédito</i>	22
j. Gestão de capital.....	23
4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	23
5. CONTAS A RECEBER	23
6. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS.....	24
7. DESPESAS ANTECIPADAS.....	24
8. IMOBILIZADO.....	25
a. Abertura do imobilizado	25
b. Movimentação do imobilizado	26

9.	INTANGÍVEL	27
a.	Abertura do intangível.....	27
b.	Movimentação do intangível.....	27
10.	CONTAS A PAGAR.....	28
11.	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	28
12.	PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	29
13.	RECEITA LÍQUIDA	30
14.	DETALHAMENTO DOS GASTOS OPERACIONAIS POR NATUREZA.....	30
a.	Custos totais	30
b.	Despesas gerais e administrativas.....	31
c.	Resultado financeiro líquido	32
15.	IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	32
16.	SEGUROS.....	33
17.	REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES.....	33
18.	EVENTOS SUBSEQUENTES.....	33

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Quotistas
EÓLICA PINDAÍ II GERAÇÃO DE ENERGIA LTDA

Pindaí – BA – Brasil

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Eólica Pindaí II Geração de Energia Ltda que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eólica Pindaí II Geração de Energia Ltda em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que em nosso julgamento profissional foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Impairment de ativos não financeiros

A avaliação realizada pela Administração da Empresa sobre a recuperabilidade dos ativos imobilizados no montante de R\$ 115.332.663 e dos ativos intangíveis no montante de R\$ 5.882.353, notas explicativas nº 8 e 9, envolve julgamentos complexos e subjetivos e pressupostos sobre os resultados futuros para determinar o valor em uso da Unidade Geradora de Caixa ("UGC") da Empresa. Os julgamentos e pressupostos essenciais feitos pela Administração da Empresa para determinar o valor em uso da UGC incluem, entre outros, a taxa de desconto e as projeções de receitas e custos, com a metodologia dos fluxos de caixa descontados por UGC.

A Administração da Empresa não identificou necessidade de registrar uma redução ao valor recuperável dos ativos acima referidos relacionados à sua UGC.

Nossos testes foram aplicados nos valores contábeis dos ativos imobilizado e intangível da UGC da Empresa.

Avaliamos a consistência entre a política contábil relacionada com as eventuais provisões para redução ao valor recuperável dos ativos imobilizado e intangível e os procedimentos e testes adotados pela Administração para determinação do valor em uso da UGC – Unidade Geradora de Caixa existente.

Utilizamos nossos especialistas para testar a consistência entre os valores utilizados para as projeções futuras com os orçamentos atuais aprovados pela Administração da Empresa, bem como, comparamos as projeções com as expectativas do mercado e setor em que a UGC da Empresa atua.

Ademais, realizamos uma análise de sensibilidade acerca das principais premissas utilizadas pela Administração (taxa de desconto, projeção de crescimento de receitas e margem de contribuição) com o objetivo de observar se essas premissas, individualmente ou coletivamente, requereriam necessidade de contabilização de *impairment* significativamente diferente do considerado e divulgado pela Administração. Também consideramos a probabilidade de tais mudanças nas premissas ocorrerem.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
	<p data-bbox="815 365 1394 546">Avaliamos a sua adequada divulgação dos ativos não financeiros nas notas explicativas às demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.</p> <p data-bbox="815 591 1394 813">Nossos exames não identificaram exceções relevantes nos julgamentos e premissas utilizados pela Administração, de forma que os valores e informações divulgadas nas demonstrações contábeis estão adequados.</p>

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis

A Administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

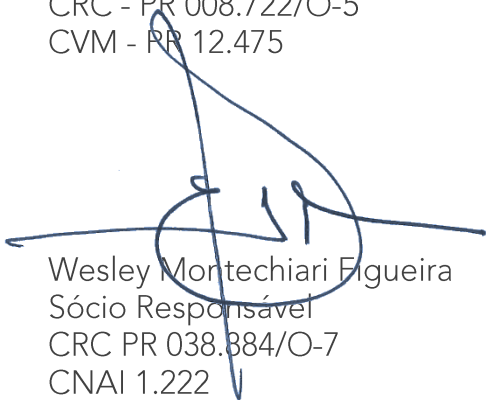
Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 20 de abril de 2022.

VBR BRASIL – VALUCONCEPT AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC - PR 008.722/O-5

CVM - PR 12.475

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Wesley', written over a circular stamp or seal.

Wesley Montechiari Figueira
Sócio Responsável
CRC PR 038.884/O-7
CNAI 1.222

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Tiago', written over a circular stamp or seal.

Tiago Andrade Mancarz
Contador
CRC PR 064.611/O-2
CNAI 4.880

EÓLICA PINDAÍ II GERAÇÃO DE ENERGIA LTDA

Balanço Patrimonial

31 de dezembro de 2021 e 2020

CNPJ: 30.519.369/0001-76

(Em reais)

ATIVO	Nota	31.12.2021	31.12.2020
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.879.709	2.402.784
Contas a receber	5	467.313	1.421.179
Créditos tributários	6	16.269	15.565
Despesas antecipadas	7	24.500	103.256
Total ativo circulante		6.387.791	3.942.784
Realizável a longo prazo	7	19.468	19.468
Imobilizado	8	115.332.663	109.249.397
Intangível	9	5.882.353	5.882.353
Total ativo não circulante		121.234.484	115.151.218
Total Ativo		127.622.275	119.094.002
PASSIVO	Nota	31.12.2021	31.12.2020
Contas a pagar	10	86.134.900	81.182.798
Obrigações tributárias	11	152.361	172.483
Total passivo circulante		86.287.261	81.355.281
Capital social	12.a	38.394.423	38.394.423
Adiantamento para futuro aumento de capital	12.b	100.000	-
Lucros (prejuízos) acumulados		2.840.591	(655.702)
Total patrimônio líquido		41.335.014	37.738.721
Total Passivo e Patrimônio líquido		127.622.275	119.094.002

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

EÓLICA PINDAÍ II GERAÇÃO DE ENERGIA LTDA

Demonstração do Resultado
31 de dezembro de 2021 e 2020
CNPJ: 30.519.369/0001-76
(Em reais)

	Nota	31.12.2021	31.12.2020
Receita líquida	13	10.420.993	1.577.305
Custos	14.a	<u>(6.298.843)</u>	<u>(1.282.472)</u>
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		4.122.150	294.833
Despesas gerais e administrativas	14.b	(267.506)	(225.408)
Despesas tributárias	14.b	<u>(93.546)</u>	<u>(12.598)</u>
(DESPESAS) OPERACIONAIS		(361.052)	(238.006)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO		<u>3.761.098</u>	<u>56.827</u>
Receitas financeiras	14.c	164.986	46.343
Despesas financeiras	14.c	(64.570)	(15.117)
LUCRO APÓS EFEITOS FINANCEIROS		<u>3.861.514</u>	<u>88.053</u>
Imposto de renda e Contribuição social	15	(365.221)	(56.228)
Resultado do exercício		<u><u>3.496.293</u></u>	<u><u>31.825</u></u>

Demonstração do Resultado

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

EÓLICA PINDAÍ II GERAÇÃO DE ENERGIA LTDA

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

31 de dezembro de 2021 e 2020

CNPJ: 30.519.369/0001-76

(Em reais)

	Capital Social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	24.726.421	-	(687.527)	24.038.894
Capital social subscrito	1.339.422	-	-	1.339.422
Capital social integralizado	12.328.580	-	-	12.328.580
Resultado do exercício	-	-	31.825	31.825
Saldo em 31 de dezembro de 2020	38.394.423	-	(655.702)	37.738.721
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	100.000	-	100.000
Resultado do exercício	-	-	3.496.293	3.496.293
Saldo em 31 de dezembro de 2021	38.394.423	100.000	2.840.591	41.335.014

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

EÓLICA PINDAÍ II GERAÇÃO DE ENERGIA LTDA

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

31 de dezembro de 2021 e 2020

CNPJ: 30.519.369/0001-76

(Em reais)

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>11.734.973</u>	<u>78.957.756</u>
Lucro do exercício	3.496.293	31.825
Itens que não afetam o caixa		
Depreciação	2.274.782	-
Varição nas contas de ativos e passivos		
(Aumento) Redução em impostos a recuperar	(704)	(5.154)
(Aumento) Redução em contas a receber	953.866	(1.421.179)
(Aumento) Redução em despesas antecipadas	78.755	(24.403)
Aumento (Redução) em contas a pagar	4.952.103	80.231.331
Aumento (Redução) em obrigações tributárias	(20.122)	167.416
Aumento (Redução) em adiantamento e outras contas a pagar	-	(22.080)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES INVESTIMENTOS	<u>(8.358.048)</u>	<u>(94.398.928)</u>
Aquisição de ativo imobilizado	(8.733.829)	(94.398.928)
Baixas de ativo imobilizado	375.781	-
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	<u>100.000</u>	<u>13.668.002</u>
Capital Integralizado	-	13.668.002
Adiantamento para futuro aumento de capital	100.000	-
Aumento (Redução) Líquido nas Disponibilidades	<u>3.476.925</u>	<u>(1.773.170)</u>
Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa no início do exercício	2.402.784	4.175.954
Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa no final do exercício	5.879.709	2.402.784
Aumento (Redução) Líquido nas Disponibilidades	<u>3.476.925</u>	<u>(1.773.170)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

EÓLICA PINDAÍ II GERAÇÃO DE ENERGIA LTDA

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2021 e 2020

CNPJ: 30.519.369/0001-76

(Em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Eólica Pindaí II Geração de Energia Ltda, com sede no Município de Pindaí, situado no interior do Estado da Bahia, foi constituída em 22 de maio de 2018 e tem como objeto social a exploração da atividade de produção de energia elétrica renovável através da construção do Parque Eólico Corrupião II.

O Parque Eólico Corrupião II possui 18,80 MWh de potência instalada sendo constituído por 8 aerogeradores modelo E-92 fabricados pela Empresa Wobben Windpower.

A Empresa possui financiamento pré-aprovado junto ao banco BNB com contrato assinado em 2019. O restante do valor não financiado será oriundo de recursos a serem aportados pelos quotistas.

A licença de instalação foi obtida no ano de 2015 pelo antigo proprietário do projeto. A licença de alteração nº 8.191/2019 foi emitida pelo órgão ambiental em março de 2019, com vigência até abril de 2020 e renovado em 04 de abril de 2020 até 18 de abril de 2021.

Houve início da operação de teste em novembro de 2020 e início da operação comercial em abril de 2021.

2. RESUMO DAS POLÍTICAS, PREMISSAS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo:

a. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1) – CONTABILIDADE PARA PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis somente a companhias abertas. Por decisão da Administração a DVA não foi apresentada utilizando o entendimento do item 3.2 da NBC TG 1000 (R1).

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em REAIS, que é a moeda funcional da empresa. Assim os ativos, os passivos e os resultados apresentados nas demonstrações contábeis mesmo quando contratados em moeda estrangeira foram ajustados às diretrizes contábeis vigentes no Brasil e convertidas para Reais, de acordo com as taxas de câmbio da moeda local. Os eventuais ganhos e perda resultantes do processo de conversão foram transferidos para o resultado do período atendendo ao regime de competência.

c. Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Empresa em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Empresa não tem conhecimento de nenhuma incerteza que possa gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, conforme a Seção 3 da NBC TG 1000 R1, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade

d. Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. As premissas utilizadas são baseadas em informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados. As estimativas e julgamentos relevantes que requerem maior nível de julgamento estão divulgadas na nota h. Estimativas e premissas contábeis críticas.

e. Ajuste a valor presente

O Ajuste a Valor Presente que tem por objetivo demonstrar o valor presente de um fluxo de caixa, o qual se encontra determinado para as operações de longo prazo, ou de curto prazo quando relevantes, para os ativos e para os passivos.

Os juros foram sendo reconhecidos como receitas, despesas ou custos com o transcorrer do tempo na Demonstração do Resultado, ou como custo ativo, quando não atender ao conceito de registro na demonstração do resultado, respeitando o regime de competência.

f. Demonstração do resultado abrangente

A Demonstração do Resultado Abrangente (DRA) foi suprimida conforme faculta os itens 3.18 e 3.19 da NBC TG 1000.

g. Aprovação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis ora apresentadas foram aprovadas em reunião dos sócios em 20 de abril de 2022.

h. Novos pronunciamentos e alterações e interpretações de pronunciamentos existentes

h.1. Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o período findo em 31 de dezembro de 2021

A Empresa aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2021 ou após essa data. A Empresa decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações no NBC TG 15 (R4): Definição de negócios. As alterações do NBC TG 15 (R4) esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, uma entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de gerar uma saída de recursos. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações contábeis da Empresa.

Alterações no NBC TG 40 (R3) e NBC TG 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência. As alterações aos Pronunciamentos NBC TG 40 (R3) e NBC TG 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Essas alterações não têm impacto nas demonstrações contábeis da Empresa, uma vez que este não possui relações de hedge de taxas de juros.

Alterações no NBC TG 26 (R5) e NBC TG 23 (R2): Definição de materialidade. As alterações fornecem uma nova definição de materialidade que em resumo, regula que uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações contábeis da Empresa.

Revisão no NBC TG Estrutura Conceitual: Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro. O pronunciamento foi revisado e traz novos conceitos, fornece definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns conceitos importantes. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Empresa.

Alterações no NBC TG 06 (R3): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento. As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do NBC TG 06 (R3) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19.

Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. A Empresa não possui Arrendamentos que se encaixem no conceito de direito de uso, uma vez que a revisão ainda não aplicou modificações a NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, sendo assim, não produz mudanças as práticas contábeis adotadas pela Empresa para o exercício em vigor e período comparativo.

Ainda, a Administração prevê que caso ocorra a incorporação das alterações na NBC TG 06 (R3) relativas ao reconhecimento e mensuração dos arrendamentos operacionais na arrendatária para a NBC TG 1000, tais modificações podem produzir efeitos relevantes na escrituração da Empresa. A Administração tem monitorado estas questões a fim de adotar as possíveis mudanças de práticas.

Outras melhorias, alterações e interpretações de normas vigentes a partir de 01 de janeiro de 2020 não tiveram impacto significativos no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Empresa.

h.2. Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros.

As normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas não vigentes até a data da emissão destas demonstrações financeiras estão abaixo apresentadas:

IFRS 17 – Contrato de seguro. Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como NBC TG 50 - Contratos de Seguro e substituirá o NBC TG 11 (R2) – Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. Essa norma não se aplica a Empresa e suas controladas.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao NBC TG 26 (R5), de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- i) O que significa um direito de postergar a liquidação;
- ii) Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- iii) Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
- iv) Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Empresa avalia o impacto que as alterações terão nos contratos de empréstimo futuros.

Não existem outras normas, alterações e interpretações de normas emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Empresa.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Instrumentos financeiros

a.1. Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

a.1.a. Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas pelo regime de competência.

a.1.b. Contas a receber de clientes

São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. Inicialmente são registrados pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado, deduzidos das perdas esperadas em crédito de liquidação duvidosa (*impairment*). Essas perdas esperadas são apuradas com base na experiência de perda de crédito histórica, ajustadas com base em dados observáveis recentes para refletir os efeitos e condições atuais e futuras, quando aplicável.

a.1.c. Impairment de ativos financeiros

A Empresa avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros.

Ativos mensurados ao custo amortizado são revisados a cada período do relatório para avaliar se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

A Empresa avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*. Os critérios utilizados para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- iii) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- iv) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras;
- v) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:

- Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;

- Condições econômicas nacionais ou locais que correlacionam com as inadimplências sobre os ativos em carteira.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 avaliamos os ativos conforme as práticas mencionadas acima e não identificamos risco de perda no valor recuperável na data do balanço.

a.2. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. São registrados no passivo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como passivo não circulante.

Em 31 de dezembro de 2020, a Empresa possui um contrato assinado de financiamento assinado junto ao BNB – Banco do Nordeste – mas ainda sem tranches de liberações e sem a obrigação de pagar.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Empresa possuía contas a pagar, adiantamentos e outras contas a pagar.

b. Imobilizado

b.1. Mensuração

Os ativos que compõem o imobilizado estão registrados ao custo de aquisição ou de construção. O valor presente do custo esperado para desmobilização de um ativo após seu uso, quando aplicável, é incluído no custo do respectivo ativo.

Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos das depreciações acumuladas e das provisões para redução ao valor recuperável do ativo (*Impairment*), quando aplicável. Os componentes de determinados ativos que são substituídos periodicamente ao longo da vida útil econômica do ativo são reconhecidos como ativos separados e depreciados pelo período previsto para a sua substituição. Os custos com pequenas manutenções periódicas e rotineiras são reconhecidos no resultado quando incorridos.

b.2. Depreciação

A Empresa encerrou a fase pré-operacional e iniciou a geração e comercialização de energia no mês de novembro de 2020.

A depreciação dos ativos em plena operação nos meses de novembro e dezembro não foi reconhecida, porém, seu efeito não é relevante.

As taxas de depreciação a serem utilizadas terão como base as taxas anuais estabelecidas pela Aneel, as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam a vida útil estimada dos bens, limitadas ao prazo do direito de exploração concedido.

O início da depreciação dos ativos em uso deu-se em janeiro de 2021.

c. Intangíveis

O Ativo intangível registrado refere-se ao valor de custo histórico relativo ao direito de exploração de energia Eólica para o período de 30 anos, outorgado pela ANEEL. Foram procedidos os estudos de viabilidade do projeto, contendo todas as projeções de geração de energia, estudos dos ventos, crescimento de receitas, custos com *Funding*, CAPEX, endividamento entre outros.

Tais intangíveis são avaliados em relação à perda de valor recuperável sempre que houver indicação de perda de seu valor econômico, sendo realizada pelos menos uma vez ao final de cada exercício. O exercício e o método de amortização de um ativo intangível de vida finita são revistos no mínimo no encerramento de cada exercício. Mudanças na vida útil ou no padrão de consumo de benefícios futuros esperados são contabilizadas por meio da mudança no exercício ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

A amortização dos intangíveis nos meses de novembro e dezembro não foi reconhecida, porém, seu efeito não é relevante.

d. Avaliação do valor de recuperação do imobilizado e intangível – Impairment

A administração da empresa fez a análise sobre a recuperabilidade dos ativos levando em conta os principais indicadores de desvalorização e conclusão de que todos os ativos se encontravam a valor recuperável através da Venda ou do Uso, dispensando assim a realização dos testes efetivos de *impairment* conforme prevê a Seção nº 27 da NBC TG 1000.

e. Imposto de renda e contribuição social

A Empresa optou pelo enquadramento tributário do Regime do Lucro Presumido, desta forma o Imposto de Renda e a Contribuição Social são apurados trimestralmente conforme o regramento tributário vigente.

f. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição, reduzido de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

g. Receita de contrato com cliente

A Empresa iniciou a geração e comercialização de energia própria em novembro de 2020 como fase de teste e operação comercial em abril de 2021. A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

A receita é reconhecida de acordo com a observância das seguintes etapas: (i) identificação dos direitos e compromissos do contrato com o cliente; (ii) identificação das obrigações de desempenho contratadas; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço às obrigações de desempenho; e (v) reconhecimento quando (ou na medida em que) as obrigações de desempenho são satisfeitas. Uma receita só é reconhecida quando não há incerteza significativa quanto à sua realização.

A receita é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Empresa, conseqüentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber quando a energia é efetivamente entregue ao cliente.

h. Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Empresa faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, são contempladas das demonstrações contábeis. Após análises, a Administração da Empresa considera que não há necessidade de constituições de provisões.

i. Gestão de risco

i.1. Risco de mercado

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco de Empresa.

i.2. Riscos regulatórios

As atividades da Empresa são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as suas atividades.

i.3. Risco de liquidez

É o risco de a Empresa não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

i.4. Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito, incluindo contas a receber em aberto. Os recebíveis têm risco considerado baixo considerando as características do cliente da Empresa (CCEE)

EÓLICA PINDAÍ II GERAÇÃO DE ENERGIA LTDA

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2021 e 2020

CNPJ: 30.519.369/0001-76

(Em reais)

j. Gestão de capital

Os objetivos da Empresa ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos quotistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Empresa monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Correspondem a valores em Caixa, Bancos e Aplicações Financeiras de curtíssimo prazo, que estão disponíveis a qualquer tempo e não possuem quaisquer restrições de uso ou ônus. Apresentam a seguinte composição:

	31.12.2021	31.12.2020
Conta corrente	274	499
Aplicações financeiras (a)	5.879.435	2.402.285
	<u>5.879.709</u>	<u>2.402.784</u>

(a) As aplicações financeiras da Empresa são mantidas para o pagamento dos compromissos de caixa de curto prazo, sendo indexadas pelo CDI. As aplicações não possuem travas vinculadas aos empréstimos e a empresa.

5. CONTAS A RECEBER

As contas a receber apresentam os seguintes saldos:

	31.12.2021	31.12.2020
Consumidores livres	467.313	1.323.919
Transações Realizadas na CCEE	-	97.260
	<u>467.313</u>	<u>1.421.179</u>

EÓLICA PINDAÍ II GERAÇÃO DE ENERGIA LTDA

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2021 e 2020

CNPJ: 30.519.369/0001-76

(Em reais)

O prazo médio de recebimento da energia vendida por meio de contratos é de aproximadamente 30 dias, contados do primeiro dia do mês subsequente à venda, enquanto o prazo dos valores liquidados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) é de aproximadamente 45 dias.

Não existem valores de contas a receber vencidos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, além disso, não há histórico de perdas com as contas a receber da Empresa, portanto não se faz necessária a constituição de perdas de créditos estimadas.

6. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Os créditos tributários apresentam os seguintes saldos:

	31.12.2021	31.12.2020
Tributos Federais	16.269	15.565
	<u>16.269</u>	<u>15.565</u>

Durante o período que a Empresa ficou pré-operacional e acumulou créditos relativos a Imposto de Renda retido na fonte decorrentes dos resgates de aplicações financeiras.

7. DESPESAS ANTECIPADAS

As despesas antecipadas apresentam os seguintes saldos:

	31.12.2021	31.12.2020
Circulante		
Aluguéis a apropriar	-	-
Arrendamentos a Apropriar	23.256	9.344
Seguro Contra risco de Mercado	1.115	3.716
Seguro Garantia para Construção	129	90.196
	<u>24.500</u>	<u>103.256</u>
Realizável a longo prazo		
Seguro Garantia para Construção	19.468	19.468
	<u>19.468</u>	<u>19.468</u>

EÓLICA PINDAÍ II GERAÇÃO DE ENERGIA LTDA

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2021 e 2020

CNPJ: 30.519.369/0001-76

(Em reais)

- (a) A Empresa mantém apólices de seguros visando cobrir riscos operacionais, com coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas, junto a instituições seguradoras nacionais, por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da atividade, os riscos envolvidos nas operações e com base na orientação de consultores de seguros, conforme nota explicativa nº 16.

Os valores máximos segurados relativos à responsabilidade civil são de R\$ 300.000, os quais abrangem todo o complexo incluindo a Pindaí I; Pindaí II; Pindaí III; Pindaí IV, sendo que as Empresas Pindaí II; Pindaí III e Pindaí IV reembolsam a Pindaí I o valor relativo à sua participação nos riscos. Em 30 de janeiro de 2022 foi realizado a contratação de novo seguro para 5 anos, o qual também detalhamos na nota explicativa nº 16.

8. IMOBILIZADO

a. Abertura do imobilizado

	Vida útil	2021		2020	
		Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Imobilizado líquido
Imobilizado em uso					
Edificações obra civil benfeitorias	30 anos	24.108.460	(501.781)	23.606.680	-
Máquinas e equipamentos - sistema de geração	30 anos	90.673.585	(1.773.001)	88.900.583	-
Imobilizado em curso					
Desenvolvimento projetos Eólicas	30 anos	177.194	-	177.194	1.469.965
Adiantamentos	30 anos	-	-	-	375.781
Servidão	30 anos	-	-	-	728.419
Terrenos	30 anos	198.663	-	198.663	198.663
Reassentamentos	30 anos	-	-	-	76.581
Edificações obra civil benfeitorias	30 anos	-	-	-	18.050.979
Máquinas e equipamentos - sistema de geração	30 anos	-	-	-	67.476.063
Outros gastos reassentamentos	30 anos	421.995	-	421.995	421.995
Gerenciamento e EP	30 anos	-	-	-	1.424.367
Máquinas e equipamentos - sistema auxiliares	30 anos	-	-	-	111.763
Imobilizado em trânsito	-	-	-	-	18.914.821
Direito de uso da subestação	-	2.027.548	-	2.027.548	-
		<u>117.067.445</u>	<u>(2.274.782)</u>	<u>115.332.663</u>	<u>109.249.397</u>

EÓLICA PINDAÍ II GERAÇÃO DE ENERGIA LTDA

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2021 e 2020

CNPJ: 30.519.369/0001-76

(Em reais)

b. Movimentação do imobilizado

	Saldo 2020	Aquisições	Baixas	Transferência	Saldo 2021
Imobilizado custo					
Imobilizado em uso					
Edificações obra civil benfeitorias	-	441.011	-	23.667.449	24.108.460
Máquinas e equipamentos - sistema de geração	-	5.812.169	-	84.861.416	90.673.585
Imobilizado em curso					
Desenvolvimento projetos Eólicas	1.469.965	417.158	-	(1.709.929)	177.194
Adiantamentos Eólicas	375.781	-	(375.781)	-	-
Servidão - Eólicas	728.419	-	-	(728.419)	-
Terrenos - Eólicas	198.663	-	-	-	198.663
Edificações obra civil benfeitorias	18.050.979	-	-	(18.050.979)	-
Máquinas e equipamentos - sistema de geração	67.476.063	-	-	(67.476.063)	-
Reassentamentos - Eólicas	76.581	11.265	-	(87.846)	-
Outros gastos reassentamentos - Eólicas	421.995	-	-	-	421.995
Imobilizado em trânsito	18.914.821	-	-	(18.914.821)	-
Gerenciamento e EP	1.424.367	-	-	(1.424.367)	0
Máquinas e equipamentos - sistema auxiliares	111.763	24.678	-	(136.441)	(0)
Direito de uso da subestação	-	2.027.548	-	-	2.027.548
Total Imobilizado custo	109.249.397	8.733.829	(375.781)	-	117.607.445
	Saldo 2020	Adições	Baixas	Transferência	Saldo 2021
Imobilizada depreciação					
Edificações obra civil benfeitorias	-	(501.781)	-	-	(501.781)
Máquinas e equipamentos - sistema de geração	-	(1.773.001)	-	-	(1.773.001)
Total Imobilizado depreciação	-	(2.274.782)	-	-	(2.274.782)
Imobilizado líquido	109.249.397	6.459.047	(375.781)	-	115.332.663

As baixas na conta Adiantamentos Eólicas tiveram como contrapartida à conta de fornecedores diversos uma vez que os gastos nas demais contas de imobilizado foram provisionados pelos documentos fiscais recebidos gerando um contas a pagar. A baixa na conta de Servidão refere-se a uma transferência para conta de arrendamento.

Relativo ao ativo imobilizado, a sócia Wobben iniciou a concepção do parque eólico através dos estudos, projetos e contratação de consultorias. A operação de testes do parque eólico teve seu início no fim do ano de 2020. Tal situação ocorreu devido a atrasos nas obras por conta do COVID, bem como, liberação de certidões do meio ambiente.

Os aerogeradores entraram em operação ao longo do exercício e geraram energia, que representou um faturamento residual nos dois últimos meses de 2020. A Empresa optou por não depreciar os ativos neste período, devido à irrelevância do valor em uso até o momento.

EÓLICA PINDAÍ II GERAÇÃO DE ENERGIA LTDA

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2021 e 2020

CNPJ: 30.519.369/0001-76

(Em reais)

Em 2021, houve a transferência do imobilizado em andamento para as rubricas de edificações, obras civis, benfeitorias, máquinas e equipamentos, ocasionando assim o início da depreciação de seu imobilizado neste período, assim demonstrando seus ativos em condição de uso.

A Empresa assinou contrato de financiamento junto ao BNB – Banco do Nordeste para o financiamento da construção do parque eólico, com liberação de recursos descrito na nota explicativa nº 18, demonstrada como evento subsequente. A Empresa possui direito de exploração de energia eólica de 30 anos a partir da implantação e início da geração de energia, a qual iniciou no segundo semestre de 2020.

9. INTANGÍVEL

a. Abertura do intangível

		2021			2020
	Vida útil	Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido	Intangível líquido
Estudos de projetos	30 anos	5.882.353	-	5.882.353	5.882.353
Total custo histórico		<u>5.882.353</u>	<u>-</u>	<u>5.882.353</u>	<u>5.882.353</u>

b. Movimentação do intangível

	31.12.2020	Adições	Baixas	Transf.	31.12.2021
Estudos de projetos	5.882.353	-	-	-	5.882.353
Total custo histórico	<u>5.882.353</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.882.353</u>
Total líquido	<u>5.882.353</u>				<u>5.882.353</u>

O Ativo Intangível é relativo ao valor pago pelo direito de exploração de energia eólica para o período vindouro de 30 anos. Foram procedidos os estudos de viabilidade do projeto, contendo todas as projeções de geração e crescimento de receitas, custos com *Funding*, CAPEX, endividamento para o total dos 360 meses.

Não foram identificadas perdas no valor recuperável deste ativo devido ao valor do fluxo de caixa esperado da operação não apresentar valor menos que o desembolso para aquisição do ativo.

EÓLICA PINDAÍ II GERAÇÃO DE ENERGIA LTDA

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2021 e 2020

CNPJ: 30.519.369/0001-76

(Em reais)

10. CONTAS A PAGAR

A composição do contas a pagar é a seguinte:

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Fornecedores de mercadorias e serviço	86.047.988	80.631.336
Fornecedores transmissão	86.912	77.405
Fornecedores de energia	-	474.057
	<u>86.134.900</u>	<u>81.182.798</u>

(a) O quadro abaixo demonstra a abertura do saldo de Fornecedores de mercadorias e serviços:

<i>Aging list</i>	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
A vencer entre 0 e 60 dias	122.759	668.465
A vencer acima de 180 dias	86.012.141	80.514.333
	<u>86.134.900</u>	<u>81.182.798</u>

(i) Os valores devidos a Wobben Windpower Indústria e Comércio serão quitados mediante a captação de valores pré-aprovados de financiamento junto ao Banco BNB.

11. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

A composição das obrigações tributárias é a seguinte:

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
IRRF retido a recolher	820	339
IRPJ a recolher	55.322	27.201
CSLL a recolher	30.965	18.296
COFINS a recolher	13.827	42.443
PIS a recolher	2.996	9.196
Contribuições sociais a recolher	19.650	981
ICMS a recolher	25.050	-
ISSQN retido a recolher	1.939	26.108
INSS retido a recolher	1.792	47.919
	<u>152.361</u>	<u>172.483</u>

EÓLICA PINDAÍ II GERAÇÃO DE ENERGIA LTDA

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2021 e 2020

CNPJ: 30.519.369/0001-76

(Em reais)

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

O Capital social subscrito da Companhia em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 26.065.843, em 31 de dezembro de 2020 o capital social foi totalmente integralizado durante o exercício do ano de 2020.

Durante o exercício de 2020 os sócios aportaram o montante de R\$ 12.328.580 a título de adiantamento para futuro aumento de capital, este valor foi convertido como capital social no exercício do ano de 2020, aumentando o Capital para R\$ 38.394.423 em 31 de dezembro de 2020 e 2021.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social é composto por 3.839.442.258 cotas a R\$ 0,01 cada uma. A quantidade de cotas está assim distribuída:

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Pirineus	1.919.721.129	1.919.721.129
Wobben Windpower Indústria e Comércio Ltda.	1.919.721.129	1.919.721.129
	<u>3.839.442.258</u>	<u>3.839.442.258</u>

b. Adiantamento para futuro aumento de capital

Em 2021, houve o recebimento dos sócios de R\$ 100.000 como adiantamento para futuro aumento de capital.

EÓLICA PINDAÍ II GERAÇÃO DE ENERGIA LTDA

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2021 e 2020

CNPJ: 30.519.369/0001-76

(Em reais)

13. RECEITA LÍQUIDA

O início da operação de teste do parque eólico ocorreu no fim do ano de 2020 e o início da operação comercial em abril de 2021. A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita líquida apresentada nas demonstrações dos resultados:

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Receita Operacional Bruta		
Vendas bilaterais - curto prazo	10.626.065	1.539.798
Receitas C.C.E.E.	189.704	97.260
	<u>10.815.769</u>	<u>1.637.058</u>
Deduções da receita operacional		
PIS	(70.302)	(10.641)
COFINS	(324.473)	(49.112)
	<u>(394.776)</u>	<u>(59.753)</u>
	<u>10.420.993</u>	<u>1.577.305</u>

14. DETALHAMENTO DOS GASTOS OPERACIONAIS POR NATUREZA

a. Custos totais

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Compras Bilaterais - curto prazo	(939.044)	(580.445)
Compras C.C.E.E.	(116.218)	-
Custos operacionais (i)	(5.195.165)	(702.027)
Custos de comercialização	(48.416)	-
	<u>(6.298.843)</u>	<u>(1.282.472)</u>

EÓLICA PINDAÍ II GERAÇÃO DE ENERGIA LTDA

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2021 e 2020

CNPJ: 30.519.369/0001-76

(Em reais)

(i) Custos operacionais

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Depreciação do parque eólico	(2.274.782)	-
Taxas e encargos C.C.E.E.	(4.038)	(124)
Softwares e equipamentos	(49.113)	
Comissões e consultorias	-	(77.001)
Custo operação e manutenção	<u>(2.867.232)</u>	<u>(624.901)</u>
O&M - Telefone/ internet/ link	(22.519)	(3.356)
O&M - Energia elétrica	(268)	
O&M - Seguros	(32.348)	
O&M - Serviços de terceiros	(70.857)	(2.902)
O&M - Operação da usina	(187.951)	
O&M - Manutenção de equipamentos	(1.472.920)	
O&M - Arrendamentos e aluguéis	(96.165)	(80.187)
O&M - Encargos de transmissão e distribuição	(984.202)	(538.456)
	<u>(5.195.165)</u>	<u>(702.027)</u>

b. Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas apresentam a seguinte composição:

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Serviços de terceiros	(183.361)	(61.582)
Aluguel e condomínio	(2.208)	(2.208)
Utilidades e serviços	(81.937)	(161.618)
Impostos, taxas e multas	(93.546)	(12.598)
	<u>(361.052)</u>	<u>(238.006)</u>

EÓLICA PINDAÍ II GERAÇÃO DE ENERGIA LTDA

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2021 e 2020

CNPJ: 30.519.369/0001-76

(Em reais)

c. Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido apresenta a seguinte composição:

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Receitas Financeiras		
Rendimento aplicações financeiras	164.281	45.811
Juros sobre valores a receber	705	532
	<u>164.986</u>	<u>46.343</u>
Despesas financeiras		
Juros pagos	(9.536)	(867)
Taxas e despesas bancárias	(55.034)	
Multas pagas	-	(14.250)
	<u>(64.570)</u>	<u>(15.117)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>100.416</u>	<u>31.226</u>

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação da apropriação das despesas de IRPJ e CSLL calculados com base nas respectivas alíquotas nominais, está a seguir demonstrada:

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Vendas bilaterais - curto prazo	10.626.064	1.539.798
Receitas C.C.E.E.	189.704	97.260
	<u>10.815.768</u>	<u>1.637.058</u>
Base de cálculo presumida imposto de renda (8%)	865.261	130.965
Base de cálculo presumida contribuição social (12%)	1.297.892	196.447
Receitas Financeiras	164.986	46.343
Base de cálculo Imposto de renda	1.030.247	177.308
Base de cálculo Contribuição Social	1.462.878	242.790
Imposto de renda (15%)	(154.537)	(26.596)
Imposto de renda adicional (10%)	(79.025)	(7.781)
Imposto de renda total	(233.562)	(34.377)
Contribuição social (9%)	(131.659)	(21.851)
Imposto de renda e contribuição social	<u>(365.221)</u>	<u>(56.228)</u>

EÓLICA PINDAÍ II GERAÇÃO DE ENERGIA LTDA

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2021 e 2020

CNPJ: 30.519.369/0001-76

(Em reais)

16. SEGUROS

A Empresa possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Os valores máximos segurados relativo à responsabilidade civil são de R\$ 300.000, bem como, para risco de engenharia o valor máximo segurado é de R\$ 877.663.604. Tais montantes abrangem todo o complexo de geração de energia, incluindo assim a Pindaí I; Pindaí II; Pindaí III; Pindaí IV, sendo que as Empresas Pindaí II; Pindaí III e Pindaí IV reembolsam a Pindaí I o valor relativo à sua participação nos riscos.

Em 30 de janeiro de 2022 a Pindaí II realizou a contratação de seguro para manutenção corretiva por 5 anos com cobertura máxima de R\$ 838.575 de maneira individual.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Empresa possuía apólices de seguro contratadas com terceiros:

<u>Objeto segurado</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Importância segurada</u>
Imobilizado e Intangível	Construção, Fornecimento e Prestação de Serviços	Limitado aos saldos contábeis

17. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Não houve remuneração de nenhuma natureza a administradores ao longo dos exercícios de 2021 e 2020.

18. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Empresa possui financiamento pré-aprovado junto ao Banco BNB (Banco Nacional do Nordeste) com contrato assinado em 2019 e aditivo em novembro de 2021, no montante de R\$ 72.297.730, porém, o montante supracitado ainda não foi disponibilizado. É esperado o recebimento ainda no primeiro semestre de 2022. O valor será utilizado para pagamento dos aerogeradores adquiridos junto a sócia Wobben Windpower Indústria e Comércio, conforme descrito na nota explicativa nº 10.

* * * * *